



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

14143 - Resumo Expandido - Trabalho em Andamento - 41ª Reunião Nacional da ANPEd (2023)

ISSN: 2447-2808

GT20 - Psicologia da Educação

O PROBLEMA TEÓRICO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Marasella Del Cármen Silva Rodrigues Macedo - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

Juracy Machado Pacífico - UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA

O PROBLEMA TEÓRICO DA AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM ESCOLAR

Resumo: Objetiva-se analisar a avaliação da aprendizagem escolar como instrumento mediador da consciência dos indivíduos e orientadora da práxis humana. As bases teórico-metodológicas são assentadas no materialismo histórico-dialético, na Pedagogia Histórico-Crítica e na Teoria Histórico-Cultural. Os resultados já alcançados permitem assegurar a existência de leis próprias (provisórias) da avaliação. Conclui-se que o modelo fetichizado de avaliação escolar demanda a superação das tensões por meio da análise da relação singular-particular-universal, sendo a apropriação do conteúdo do pensamento dialético e a historicidade aspectos imprescindíveis no contexto da formação de professores como imanente à atividade educativa em direção à aprendizagem desenvolvente.

Palavras-chave: avaliação da aprendizagem escolar; Pedagogia Histórico-Crítica; Psicologia Histórico-Cultural; materialismo histórico-dialético.

INTRODUÇÃO

Este texto integra uma pesquisa de doutorado em andamento, realizada na Amazônia brasileira, cujo objetivo é analisar a avaliação da aprendizagem escolar como instrumento mediador da consciência dos indivíduos e orientadora da práxis humana.

A educação escolar vem sofrendo constantes ataques dentre os quais se destaca a reforma empresarial, fundamentada em princípios neoliberais, visando à privatização da

educação e a busca de estratégias para fragilizar o controle do Estado em relação às ações educacionais. Os resultados aumentam as desigualdades sociais, favorecem a precarização do ensino e a desvalorização crescente dos seus profissionais, enfraquecem a gestão democrática reverberando na percepção da comunidade escolar em relação significado da escola como bem comum. Fortalecem esse ideário a adoção da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), a avaliação censitária, a instrução organizada em materiais didáticos prontos para formar alunos e professores, e os contratos firmados entre os sistemas de ensino com empresas “especializadas” para executarem o trabalho de formação continuada dos professores, às quais desconhecem a realidade das cidades e das escolas consumidoras dos seus produtos na forma de projetos, ferramentas e cursos (FREITAS, 2018).

O sistema de avaliação representativo desse modelo educacional reforça a concepção de avaliação escolar classificatória, em que as pessoas disputam colocações com base na competição, afastando-se da coletividade. As escolas trabalham com o foco de atender às exigências dos processos de avaliação em larga escala no intuito de garantir financiamento e a própria possibilidade de continuarem existindo. O compromisso precípua da escola, que deveria ser com o saber elaborado, converte-se em preparar os seus estudantes para os exames.

A realidade social é uma totalidade complexa e a educação como um fator determinado, tem na escola um espaço de tensões na prática social. Os seres humanos não nascem sabendo “sentir, pensar, avaliar, agir”. Para produzir essa condição e saber-se humano, demanda do trabalho educativo, “[...] tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente” (SAVIANI, 2012, p. 7).

Destarte, saber o que e como avaliar os alunos da educação básica, compreender como a escola pode contribuir para a formação da consciência crítica, de modo que os alunos formados por ela sejam capazes de regular a própria conduta, reconhecendo-se como parte da coletividade; são demandas importantes de serem estudadas, podendo ser sintetizadas nas seguintes questões: analisada na perspectiva histórico-crítica, de que forma a avaliação da aprendizagem escolar pode se converter em uma atividade orientadora da consciência dos estudantes em direção à sua genericidade? Quais possibilidades a avaliação da aprendizagem escolar revela para a mobilização da ação pedagógica, a fim de se transformar em um ato que contribua para a superação da atual condição de precarização do processo de escolarização?

Os pressupostos teóricos se estruturam na Pedagogia Histórico-Crítica (PHC) – que entende a educação em relação dialética com a sociedade – e da Teoria Histórico-Cultural (THC) que defende a natureza social do psiquismo humano; ambas assentadas no materialismo histórico-dialético como método de análise da realidade concreta, pautado na premissa da compreensão científica da realidade social, elaborado por Karl Marx, para quem: “O concreto é concreto, porque é a síntese de muitas determinações, isto é, a unidade do diverso (MARX, 2008, p. 258).

Pretendemos circunscrever as contribuições dessa breve elaboração no bojo das teorias críticas da educação com o compromisso de promover a superação de formas alienadas de pensamento no interior da escola como ação precípua para a inversão dos condicionamentos sociais que a colocam na atual condição de reprodutora do *status quo*.

METODOLOGIA

Dentre as categorias do método eleito, salientamos a capacidade de produção humana encerrada no trabalho e a necessidade de compreender a interrelação coletiva, cuja individualidade e formação da consciência depende da relação singular-particular-universal, sendo a universalidade a síntese da produção humana formada na análise das particularidades, resultando no ser singular. Com efeito, a análise dessas particularidades é o que permitirá apreender as múltiplas determinações do objeto estudado.

RESULTADOS PARCIAIS E DISCUSSÃO

Ratificando a palavra como: “[...] célula viva, [que] contém na forma mais simples todas as propriedades básicas do conjunto do pensamento discursivo” (VIGOTSKI, 2000, p. 7), advinda do latim, avaliação significa: “*aestimatio*: Estimação; avaliação; cálculo, conta; preço, valor; apreciação, juízo (AESTIMATIO, 1955, p. 17).

As contribuições fornecidas pela THC, cuja compreensão de que o processo de desenvolvimento psíquico se estrutura historicamente em um sistema interfuncional complexo, possibilitam afirmar que a capacidade de avaliar possui uma unidade representada em seu núcleo pelo julgamento no contexto da atividade dominante de cada período. Na primeira fase da vida, momento em que os indivíduos modelam o seu comportamento a partir dos adultos como meio para garantir a confirmação dos afetos e a continuidade da relação emocional com aqueles que proveem a sua existência, predomina o que denominamos “lei do afeto”, na intenção da manutenção deste.

A partir da intensificação da atividade da brincadeira e da compreensão das regras que regem tanto esta atividade como a conduta humana em sentido universal, surge uma versão qualitativamente nova que se fundamenta na “lei da diretividade”.

No contato com a atividade de estudo e com a escola como instituição social, o indivíduo passa a significar esse julgamento a partir do que chamamos provisoriamente de “lei da troca”, fundada no fetichismo da mercadoria. O processo de desenvolvimento dá lugar à aceitação de funcionamento da sociedade capitalista, suplantando o reconhecimento das mudanças qualitativas ocorridas no período.

Finalmente, a “lei da transição” revela aos jovens e adultos o reconhecimento de que, por não haver lugar para todos na sociedade de classes, atribui-se a nota como forma de selecionar os melhores. A avaliação se estrutura como um constante processo de contradição entre os aspectos qualitativos do desenvolvimento e a conformação social, gerando o

deslocamento dos motivos da sua ação para outro lócus que não o próprio desenvolvimento.

As atuais teorias sobre a avaliação escolar (mediadora, diagnóstica, formativa, qualitativa etc.) se afirmam como progressistas, mas não conduzem à identificação dos elementos culturais apropriados pelos estudantes e tampouco o seu *devir*. Fundamentam-se em concepções idealistas e a-históricas, relegando aos professores, aos alunos e às suas famílias a responsabilidade pela aplicação de métodos que se dizem eficazes para o avanço. Quando este não ocorre, a culpa recai sobre a escola que não foi capaz de atualizar os seus quadros e procedimentos.

O padrão de qualidade estabelecido na atual configuração do sistema brasileiro de ensino é vinculado a uma proposta tecnicista de educação, reduzindo o ensino e a aprendizagem na reprodução de competências e habilidades a serviço da manutenção da lógica capitalista e a consciência humana vem sendo regida pelos mesmos ditames. Cumpre à avaliação atestar a posição que cada pessoa irá ocupar na sociedade de classes.

A transformação dessa condição depende de organização coletiva e da apreensão do pensamento dialético, como forma de estruturar um novo conteúdo “para” e “pela” avaliação, por meio do qual as pessoas sejam capazes de teorizar efetiva e epistemologicamente uma nova realidade ontológica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A interpretação da avaliação da aprendizagem escolar exige a saturação das suas determinações para se alcançar a concreção, envolvendo as dimensões ontológica e epistemológica no sentido de redimensionar a formação da consciência para uma nova sociedade.

A superação desta condição depende de ações políticas e técnicas em direção ao fortalecimento da carreira e formação docente e da organização da classe trabalhadora, para que se reconheçam como avaliadores capazes de apreender as regularidades do psiquismo no contexto da atividade educativa, visando promover o pensamento dialético, capacidade de teorização como representação ideal do movimento da realidade, conforme orienta o método que defendemos.

REFERÊNCIAS

- AESTIMATÏO. *In*: AZEVEDO, F. **Pequeno Dicionário Latino-Português**. 6. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1955. p. 17.
- FREITAS, L. C. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias**. São Paulo: Expressão Popular, 2018.
- MARX, K. **Contribuição à crítica da economia política**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- SAVIANI, D. **Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas:

Autores Associados, 2012.

VIGOTSKI, L. S. **A construção do pensamento e da linguagem.** Tradução Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2000.